



# *Livro escolar de ensino religioso como cultura material da escola: Licções da História Santa (1874-1882)*

Cesar Augusto Castro<sup>1</sup>  
Samuel Luis Velázquez Castellanos<sup>2</sup>  
Rafael Blume Pereira de Almeida<sup>3</sup>

**Resumo:** Neste artigo aponta-se o livro escolar de ensino religioso *Licções da História Santa* como objeto da cultura material escolar adotado nas escolas primárias da província do Maranhão no período compreendido entre suas duas publicações (1874 a 1882). Utilizam-se os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, e as pesquisas bibliográfica e documental, abordando-se a história do objeto na sua materialidade enquanto forma, estrutura, frequência e dispositivo em uso para verificar-se as representações a respeito deste livro escolar via documentação, os interesses em jogo sobre este artefato, assim como as disputas implícitas na sua produção, indicação e circulação. Verifica-se como o ensino religioso via livro escolar reflete as intenções moralizadoras e civilizatórias do Estado e da Igreja Católica, servindo de ferramenta para catequizar a sociedade brasileira, para garantir a economia moral da criança via práticas pedagógicas e para disciplinar corpos e mentes haja vista sua concepção, produção e consumo.

**Palavras-chave:** livro escolar; ensino religioso; pedagogia da moralidade; Maranhão Império.

## **School book on religious teaching as material culture of the school:**

*Lessons from Holy History (1874-1882)*

**Abstract:** This article highlights the religious teaching book *Licções da História Santa* as an object of school material culture adopted in primary schools in the province of Maranhão in the period between its two publications (1874 to 1882). The theoretical-methodological assumptions of Cultural History and bibliographic and documentary research are used,

<sup>1</sup> Professor Doutor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia-UFMA (1988). Mestrado em Ciência da Informação-PUC (1993). Doutor em Educação-USP (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPA e UFMA) e no Curso de Biblioteconomia (UFMA). Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). Pesquisa sobre História da Educação (Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e imprensa de ensino).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

E-mail: cesar.castro@ufma.br

<sup>2</sup> Professor Associado III do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-doutor em Educação pelo Centre d'histoire Culturalle des Sociétés Contemporaines da Université de Versailles – França (2014/2015) e pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (2018/2019).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0849-348X>

E-mail: samuel.velazquez@ufma.br

<sup>3</sup> Doutorando em educação pelo programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais, participante do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL). Pesquisa sobre livros escolares de Ensino Religioso no Maranhão Oitocentista.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1934-9929>

E-mail. rafael.blume@discente.ufma.br



approaching the history of the object in its materiality as form, structure, frequency and device in use to verify the representations regarding this school book via documentation, the interests at stake over this artifact, as well as the disputes implicit in its production, indication and circulation. It is verified how religious teaching via school books reflects the moralizing and civilizing intentions of the State and the Catholic Church, serving as a tool to catechize Brazilian society, to guarantee the moral economy of children via pedagogical practices and to discipline bodies and minds in view of its conception, production and consumption.

**Keywords:** school book; religious teaching; pedagogy of morality; Maranhão Empire.

### Libro escolar de enseñanza religiosa como cultura material de la escuela:

Lecciones de Historia Santa (1874-1882)

**Resumen:** Este artículo destaca el libro escolar de enseñanza religiosa *Lições da História Santa* como objeto de cultura material escolar adoptado en las escuelas primarias de la provincia de Maranhão en el período comprendido entre sus dos publicaciones (1874 a 1882). Se utilizan los presupuestos teórico-metodológicos de la Historia Cultural y la investigación bibliográfica y documental, aproximando-nos de la historia del objeto en su materialidad como forma, estructura, frecuencia y dispositivo en uso para verificar a través de la documentación las representaciones sobre este libro escolar, los intereses en juego sobre este artefacto, así como las disputas implícitas en su producción, indicación y circulación. Se verifica cómo la enseñanza religiosa a través de los libros escolares refleja las intenciones moralizadoras y civilizadoras del Estado y de la Iglesia Católica, sirviendo como herramienta para catequizar, garantizar la economía moral de los niños a través de prácticas pedagógicas y disciplinar cuerpos y mentes en vista de su concepción, producción y consumo.

**Palabras clave:** libro escolar; enseñanza religiosa; pedagogía de la moral; Imperio Maranhão.

## Introdução

O século XIX foi marcado por modificações culturais e políticas que produziram efeitos significativos nas estruturas sociais no país e também no Maranhão. Diante da construção do Estado brasileiro no período, há um empreendimento civilizatório da sociedade e a instrução foi um dos meios de atuação do governo para formar a nação brasileira. Assim, a escola toma o centro do debate público e passa por um processo de modernização na busca de novos modelos de instrução escolar e de novos métodos de ensino que apontavam para a instrução como um projeto de educação (FARIA FILHO, 2007). Destarte configura-se a modernização do ensino, acrescentando-se ao “ler, escrever e contar”, outros saberes escolarizados transmitidos via métodos de ensino. Na busca de eficácia, altera-se a relação pedagógica com a introdução do método simultâneo que coabita com os já existentes, e a forma escolar em construção se dimensiona com a nova estrutura organizacional da escola e com a nova gramática de ensino. Modelos de escolas de instrução primária que “segundo o método de ensino usado marcaram a transformação nas relações, na estrutura e no funcionamento das instituições. As diferenças entre métodos, seja individual e/ou mútuo [...], seja misto e/ou simultâneo usados mais tarde, trouxeram diferenças na gramática do ensino e da escola.” (CASTELLANOS; SANTOS, 2023, p. 435).

Essa nova gramática é a renovada organização dos tempos escolares e do uso de espaços específicos, que não só segue programas de ensino por matéria a crianças reunidas em classes homogêneas e por séries, como também promove um processo de aprendizagem com regras externas a professores e alunos segundo parâmetros pré-estabelecidos (SOUZA, 2013); processo que é influenciado pela cultura escrita, que objetiva a transmissão de saberes e produz uma nova forma de exercício de poder. Sendo assim, a escola



do século XIX, mesmo com suas diferenciações de modelos, vai se tornando uma instituição diretamente ligada a um projeto de moralização; primeiro em função do objetivo civilizatório do Estado pelo qual a instrução foi instrumentalizada; segundo, pela concretização da forma escolar de socialização que altera a relação pedagógica e dá início a um diferente tipo de relação social no modelo de escola graduada (VICENT; LAHIRE; THIN, 2021).

Nesse processo de escolarização, logo nas primeiras décadas do Oitocentos, a religião é incluída entre os saberes escolarizados que começam a se multiplicar e o ensino religioso torna-se, nas mãos da escola, uma matéria e também um mecanismo de atuação do governo (FARIA FILHO, 2007). Nesse sentido, a escola passa a ser o reflexo de uma complexa rede de interesses instaurados na relação entre Igreja e Estado que nos leva a questionar em que medida os livros escolares de ensino religioso materializaram intenções pedagógicas de moralizar via artefato no espaço escolar, porque pressupomos os livros adotados como vetores que trazem marcas factuais de um conteúdo minado de sinais de moralização, controle e disciplinamento uma vez que “Os livros escolares que circulavam vinham ao encontro de atender os diversos níveis de aprendizagem das crianças, incluindo o catecismo para a educação moral e religiosa [...]” (CASTELLANOS, 2022, p. 9).

Segundo Chartier (1994, p. 8), “o livro sempre visou instaurar uma ordem [...] desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”. Sabendo que ditos suportes “não tinham a onipotência de anular a liberdade dos leitores”, neste artigo buscam-se não só as estratégias de imposição encontradas no exemplar, mas também sinais dos diferentes interesses e finalidades em disputa na produção, circulação e usos, ou seja, as lutas de representações refletidas no livro. Assim, baseados nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, analisa-se o livro *Licções de História Santa do Antigo e Novo Testamento* de Antonio Augusto Rodrigues (2ª. ed./1882)<sup>4</sup>, como objeto e como fonte. Uma vez que o livro escolar é a expressão do discurso autorizado de um determinado grupo, em um determinado tempo e espaço, estando sob “intensa vigilância do governo provincial e da Igreja Católica” (SANTOS, 2022, p. 11), o referido artefato é também analisado à luz de outros documentos, como regulamentos, leis e referências na imprensa local em busca de compreender-se os interesses em disputa na inserção do ensino religioso e nas representações difundidas via matérias.

O tratamento da fonte será realizado em função dos três eixos de análise da história cultural. Na história do objeto na sua materialidade (primeiro eixo de análise), atentamos para o próprio livro escolar como dispositivo, tendo em conta sua estrutura quando se avaliam os elementos pré-textuais, as seções, os capítulos e as lições que o conformam, haja vista que ditos extratos/divisões também manifestam discursos, intenções e representações; quando se analisa a forma em que aparecem publicados, identificando-se e interrogando a tipografia em que foi concebido, a fonte e a capa que o identificam, assim como os símbolos e número de páginas que fazem parte da obra, para além da frequência, que quantifica edições e referências que aparecem na imprensa, ao mesmo tempo em que revelam o público consumidor e sua recepção, as resistências e disputas a respeito no período. Na história da prática nas suas diferenças (como segundo eixo), observa-se como o Estado, a Igreja e a escola defenderam diferentes interesses via conteúdo/matéria: seja para catequizar, seja para moralizar e/ou disciplinar.

<sup>4</sup> A grafia do título segue a forma original utilizada na capa do livro, preservando a ortografia da época em que foi publicado.



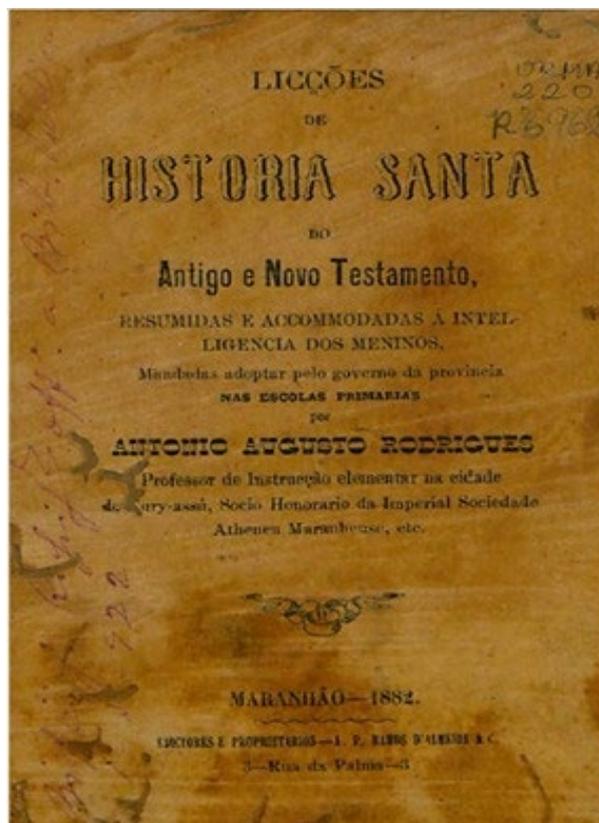
No terceiro eixo reúnem-se estas duas etapas anteriores, para compreendermos: 1) como se configuram as formações sociais, nas quais os sujeitos envolvidos na concepção, publicação, distribuição e consumo de dita obra, fazem parte das decisões e tomam partido na modelagem de uma sociedade católica civilizada via livro escolar de ensino religioso; 2) para percebermos as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pensar este livro de ensino religioso, que se relacionam mais diretamente aos aspectos internos e psicológicos ligados ao inconsciente que foram mudando as maneiras de a sociedade reagir à imposição de uma religião oficial, à sujeição política ao Império e à aplicação de práticas pedagógicas disciplinares via castigos e admoestações; 3) para avaliarmos as armaduras conceituais da época que orbitaram em torno do livro de ensino religioso e foram disseminadas pelo próprio livro, projetando-se um conjunto de valores, normas e conceitos ao respeito da moral, disciplina e obediência, analisadas aqui nas suas variações históricas. Em outras palavras, para compreendermos o Ensino Religioso no Oitocentos, considerar esse livro como objeto da cultura material escolar se faz necessário por permitirmos invadir o espaço da escola para perceber seus ideários, suas práticas, suas disputas, assim como seus projetos sociais e pedagógicos (CASTELLANOS, 2018) pois “A cultura material escolar, [...], é fruto das decisões, concepções e imposições feitas aos sujeitos componentes das diversas esferas da cultura escolar da instituição (ESCOLANO BENITO, 2017) e (CASTRO, 2013); muitas vezes, por pressões externas, conceitos importados e modelos que se queriam hegemonizar. (CASTRO; CASTELLANOS; CASTRO; CASTELLANOS; SOUZA, 2023, p. 9)

### **1 A jornada do Livro:** da autoria à publicação

Ao analisar o objeto na sua materialidade (CHARTIER, 1991), colocamos o livro escolar de ensino religioso inserido em um campo de disputas (BOURDIEU 2003) que envolve interesses discordantes; interesses oriundos do autor, do professor e de sua carreira, empenhos de um projeto do Estado, dos objetivos da Igreja ou mesmo das diversas produções de sentidos concretizadas na escola, uma vez que “As obras, os discursos só existem quando se tornam realidades físicas; assim, compreender os princípios que governam a ‘ordem do discurso’ pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros” (CHARTIER, 1994, p. 8).

Nessa perspectiva, Licções de História Santa do Antigo e do Novo Testamento (2<sup>a</sup>. ed./1882), de Antônio Augusto Rodrigues, exemplifica a integração do ensino religioso com as diretrizes políticas e morais da época no Maranhão; livro didático que não apenas facilitava a disseminação dos valores morais e doutrinários desejados pelo Estado e pela Igreja Católica, mas também refletia os esforços conjuntos dessas entidades para modelar a sociedade brasileira do século XIX, uma vez que o livro é um recurso precioso para pensar “a construção de um vínculo social, a subjetividade individual e a relação com o sagrado” (CHARTIER, 1994, p. 9). Nesse contexto, destaca-se um marco importante: é o único livro escolar escrito por um autor maranhense adotado nas escolas primárias do Maranhão do século XIX para o ensino religioso; professor em diversas instituições de ensino público e privado da província que oferece uma perspectiva única para examinar as complexas relações entre Estado, Igreja Católica e instituição escolar, refletindo-se nos esforços para catequizar, moralizar e disciplinar a sociedade por meio da instrução.

**Figura 1** – Capa do livro *Licções de História Santa* (2ª. ed./1882)



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite

Pesquisar o livro escolar como artefato da cultura material nos permite adentrar nos espaços escolares e observar suas representações, práticas, intencionalidades e disputas de poder que o orbitam. Dessa forma, é visto como um objeto essencial para a efetivação do ensino (SOUZA, 2007) e é um exemplar deste “conjunto de objetos utilizados no cotidiano, nos diversos espaços como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros, que contribuem para o processo de ensino e de aprendizagem, bem como na administração dessas instituições” (CASTRO; CASTELANOS, 2013, p. 179). Segundo Vinão Frago (1995), o conceito de cultura material escolar está ligado à necessidade de observar os diversos sentidos que um mesmo objeto pode ter em uma mesma sociedade. Esta abordagem busca compreender as relações que fizeram parte das diversas manifestações estabelecidas no ambiente escolar, tais como modos de agir, pensar e falar; ou seja, os objetos estão sujeitos a diversas apropriações, diferentes daquelas inicialmente propostas por seus idealizadores.

Desse modo, o livro *Licções de História Santa* (2ª. ed./1882), pode ser estudado segundo as diferentes representações, práticas e apropriações que os diversos sujeitos ou grupos sociais fizeram dele, uma vez que o Brasil, especialmente após a independência, enfrentou o desafio de formar uma identidade nacional coesa, onde a instrução emergiu como um campo estratégico vital. Faria Filho (2007) destaca que o ensino, particularmente o religioso, era visto como uma ferramenta para inculcar os valores necessários à construção do Estado-nação. Rodrigues (1882), ao moldar seu livro de acordo com as expectativas da Igreja Católica e dos padrões educacionais da época, exemplifica essa estratégia.



A escolha do conteúdo e a maneira como foi apresentado visavam fortalecer a moralidade por meio da doutrina religiosa entre os jovens estudantes, conforme alinhado com os ideais da elite governante e eclesiástica, uma moralidade religiosa baseada na relação com transcendente, tendo como referência a Bíblia Sagrada e os dogmas da Igreja.

Sabe-se ainda que a análise dos livros escolares como artefatos culturais e sociais demanda uma compreensão das complexas redes de relações e poderes que moldam a sociedade. Elias (2001) ao elucidar a interdependência entre indivíduos como uma rede de conexões que tanto colabora quanto conflita, sendo fundamental para a sustentação da ordem social oferece nova perspectiva valiosa; conceito ampliado por Bourdieu (2004), que introduz a noção de campo como espaço estruturado de posições sociais, definidas mais por funções sociais do que por atributos individuais, em que as relações são permeadas por contínuas disputas de poder. Além disso, Certeau (2014) enfatiza a dinâmica das lutas diretas entre diferentes forças sociais, destacando a sociedade como espaço onde estratégias de dominação confrontam-se com táticas de resistência. Chartier (1991) complementa essa visão, ao analisar como as identidades sociais são formadas por um processo de negociação, balanceando as imposições dos poderosos e a resistência ou aceitação por parte das comunidades. Assim, ao considerar o livro escolar como um produto dessa dinâmica, é essencial reconhecer como emerge e é moldado dentro dessas estruturas de poder e interação social. Portanto, a análise desses artefatos deve focar nessas forças complexas, interpretando-os não apenas como meios de instrução/educação, mas como manifestações concretas de práticas e representações. Categorias fundamentais para a análise do objeto, a começar pelos interesses que determinaram sua publicação, adoção e circulação, que envolvem Estado, Igreja e escola, até compreender que a leitura de um dispositivo não se limita aos textos nele publicados, mas se estende para a produção de sentidos a partir de sua história e trajetórias.

Nesses termos, interessa saber que Antônio Augusto Rodrigues foi uma figura central na instrução maranhense do século XIX, não apenas como professor, mas também como autor dedicado ao desenvolvimento de materiais didáticos adaptados às necessidades locais. Nascido em 10 de maio de 1841 (PACOTILHA, 1884, ed. 115, p. 2), começa sua carreira na instrução muito jovem, ajudando seu pai aos 15 anos nas aulas de ensino primário (PUBLICADOR MARANHENSE, 1857, ed. 69, p. 1). Iniciou seu próprio empreendimento aos 18 anos, estabelecendo uma escola particular de primeiras letras (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859b, ed. 280, p. 2) que incluía uma variedade de matérias e uma abordagem pedagógica que enfatizava a moral e a civilidade. Em sua primeira escola particular, um terço das matérias tinham relação direta com a moralidade e a religião; entre elas: a Gramática portuguesa analisada, Aritmética; a Geografia e Geometria, primeiras noções; e a Moral, elementos de civilidade e doutrina (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859a, ed. 288, p. 4). Este espírito empreendedor levou-o a fundar e dirigir escolas em várias localidades, como Arary (PUBLICADOR MARANHENSE, 1867, ed. 68, p. 3), Tury-Assú (PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, ed. 97, p. 1) e Alcântara (PUBLICADOR MARANHENSE, 1878, ed. 18, p. 1), incluindo São Luís, para além de eventuais cargos de destaque assumidos na administração pública e na educação.

O livro *Licções de História Santa* (2ª. ed./ 1882) pode ser analisado também a partir dos nomes dados às matérias para as quais foi escrito e que integraram os currículos das escolas que o professor Rodrigues dirigiu e lecionou no Maranhão. De acordo com Chartier (1991, p. 183), a construção de identi-



dades sociais ocorre por meio de uma relação de forças entre as representações que são impostas pelos que têm o poder de classificar e nomear, e a maneira como cada comunidade responde a isso, seja aceitando ou resistindo. No entanto, cada grupo tem a capacidade de (re)construir suas próprias representações de si e das imposições feitas a eles; luta de representações que é fundamental para compreender como [...] a história cultural centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem para cada classe grupo ou meio um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991, p. 183).

Neste caso, o professor Rodrigues impõe e revela as suas representações sobre o ensino religioso na escola e sobre os livros que escreveu pelas denominações que deu à matéria no período em tela; hierarquias ou classificações que refletem a importância que atribuiu à formação moral e religiosa de seus alunos e do livro escolar que para eles escreveu. Em 1860 *Elementos de Civilidade e Doutrina* (PUBLICADOR MARANHENSE, 1859b) visava a inculcação de princípios morais e de civilidade, indo além dos fundamentos da doutrina cristã e da catequização. O enfoque dado por Rodrigues à civilidade reflete o esforço do Estado para utilizar a instrução/educação como ferramenta de civilização e moralização e mostrar como o professor imbrica os diferentes interesses em uma mesma matéria. Em 1865, a matéria aparece como *Moral e Religião* (PUBLICADOR MARANHENSE, 1865, ed 70, p. 3), tornando o caráter moralizante ainda mais evidente. Em seguida, em São Luís, em 1883, é denominada de *Licções de História Santa do Antigo e Novo Testamento, Moral e Religião* (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1883), e em 1885, em Alcântara, *Moral e Religião e Licções de História Sagrada*, enfatizando-se a instrução moral imbricada que ressalta a dualidade de propósito e, por conseguinte, os interesses que convergem para uma mesma finalidade na obra: a formação ética e a instrução religiosa católica (RODRIGUES, 1882).

Termos frequentes como “elementos de civilidade” na matéria trazem à tona o ideário civilizatório do Estado, quando o Império utilizava a instrução pública como mecanismo de atuação do governo e como empreendimento civilizatório que dá as condições de manter o Estado nacional recém-criado com garantida independência. A escola como estratégia de poder para manter o controle e a dominação (FARIA FILHO, 2007), e o professor que responde ao Estado que o emprega como tática de apropriação, neste caso Rodrigues (1882), coloca o interesse no próprio nome da matéria. Como revela Certeau (2014), os detentores do poder, tentam estabelecer uma ordem através de estratégias de imposição, apropriando-se do espaço por meio de leis e regras. Mecanismos de monopolização (CHARTIER, 1990) frequentemente subvertido por meio de diferentes táticas de apropriação executadas pelos praticantes que criam novos usos e regras. Por outro lado, também é encontrado o termo doutrina no nome da matéria, que aponta para o interesse catequizador da Igreja Católica como religião oficial do Império; herança da representação do próprio ideário jesuítico e de suas representações do Ensino Religioso cujo objetivo, ainda que civilizatório, era a catequização católica que garantia a construção da colônia e um povo puro e temente a Deus, ao mesmo tempo em que, o seu domínio religioso na América fora preservado, especialmente diante da ameaça protestante (MESGRAVIS, 2022).

No entanto, o primeiro termo que se encontra no nomenclatura da matéria é moral, um indício da tática que a escola usou para se apropriar do Ensino Religioso; o combate às indisciplinas, o cumprimento de horários, a imposição de normas e regras, além de aplicação de provas que bem controlassem o desempenho foram elementos fundamentais para efetivar a moralização da infância, tendência hegemôni-



ca no processo de constituição dos sistemas de ensino em vários países da Europa, sendo necessário uma estrutura que conduzisse a um disciplinamento permanente. Nesse novo empreendimento pedagógico, a função da escola não era mais somente instruir, mas instruir e educar (SOUZA, 2013). Enquanto o Estado, estrategicamente impõe o Ensino Religioso com o objetivo de gerar um povo obediente ao governo; a escola de forma tática usa a matéria para seus próprios interesses, para moralizar as crianças, formando alunos obedientes viabilizando o funcionamento da nova forma escolar e da gramática da escola (VICENT; LAHIRE; THIN, 2021).

Assim, essas matérias refletem o conteúdo e os objetivos do livro didático escrito para sua efetivação; ou seja, fruto da intersecção entre os propósitos do Estado, os interesses da Igreja e as convicções pessoais de Rodrigues (1882) como educador: uma “formação social, [...] em que indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões (ELIAS, 2001 p. 13); formação que é resultado dessas “[cadeias de] interdependências existentes entre os sujeitos ou grupos [que] se distribuem em séries instáveis” (ELIAS, 2001, p.14). Portanto, no meio dessas matérias, Rodrigues (1882) não apenas se ensinava conteúdo religioso, mas também se incutiam valores morais e cívicos, alinhando o currículo escolar às necessidades e expectativas da sociedade local.

Assim Rodrigues (1882) utilizou diversas estratégias para a publicação e divulgação de seu livro. O primeiro passo ocorre em março de 1874, na “Seção oficial: governo da província”, em que a divulgação de decisões administrativas, incluía a solicitação desse professor ao inspetor da instrução pública, para que *Licções de História Santa* (2ª ed./1882) fosse examinado e recebesse um parecer favorável que pudesse respaldar sua adoção nas escolas de instrução pública (PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, ed. 53, p. 1). Em abril, o inspetor autorizou sua adoção e, em outubro, o secretário da instrução divulgou a sua aprovação para as escolas de primeiras letras (PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, ed. 243, p. 3); isto é, “aprovado pela instrução pública e congregação dos lentes do Liceu” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874), assim como o pedido de prêmio oferecido pelo Estado para sua publicação. Livro que ainda recebe não só destaque de meia página no jornal com a publicação de uma recomendação do editorial, chamando-o de “um bom livro” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1874, ed. 221, p. 1), como também se publicam os pareceres e recomendações que fizeram parte do processo que autorizara sua adoção na província.

Esta série de pedidos e publicações não era apenas uma formalidade administrativa, refletia uma tática ou inventividade por parte de Rodrigues (1882) para garantir não apenas o alcance do status oficial de aprovação, mas também ganhar visibilidade pública. Ao fazer com que se publicassem os processos de avaliação e aprovação do livro na primeira página dos jornais, assegurava uma exposição precoce e significativa que influenciava positivamente na aceitação pelos círculos educacionais e pela sociedade em geral. A adoção de *Licções de História Santa* (2ª ed./1882) nas escolas e sua ampla discussão na imprensa reforçam seu papel significativo no panorama da instrução maranhense oitocentista. Contudo, é importante registrar também que dito professor teve uma carreira ativa na política (PACOTILHA, 1881, ed. 111, p. 3) e no serviço público, envolvendo-se em atividades jurídicas e contribuindo para a administração local como delegado de polícia (PACOTILHA, 1892, ed. 182, p. 3) e advogado (PACOTILHA, 1888, ed. 23, p. 3). Sua influência estendeu-se além da instrução, abrangendo a política e a cultura, ao atuar como



membro de sociedades literárias, a exemplo da renomada Imperial Sociedade Atheneu Maranhense (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876, ed. 820, p. 3) e contribuir para o debate intelectual da época.

No período da publicação da primeira edição do livro o Maranhão contava com “136 escolas primárias, sendo 85 para sexo masculino com 3.3375 [alunos] e 51 para o sexo feminino 1228, num total de 5.0003” (VIVEIROS, 1937, p. 39). A província ainda tinha nos seus registros “14 escolas devidamente legalizadas, 10 para o sexo masculino com 504 alunos e 5 femininos com 154, num total de 658” (p. 39). Como apresenta Viveiros (1937) em 1974 as escolas primárias atendiam a 5.661 crianças de uma população de cerca de 4000.000 habitantes. Já par o ensino secundário o Liceu tinha 238 alunos, o seminário das Mercês 235, havia 5 colégios particulares para o sexo masculino com 376 alunos e 5 para o sexo feminino com 24 alunos totalizando 1.093 crianças. Além deste havia a casa de educandos artífices que abrigava 300 internos (p. 43).

Como estratégia para garantir que Licções de História Santa (2a.ed/1882) alcançasse uma ampla distribuição, a escolha da Tipografia Comercial de Antônio Pereira Ramos d’Almeida foi fundamental pela reconhecida excelência, uma vez que fazia o uso do prelo mecânico na busca de impressões de melhor qualidade (COSTA, 2013, p.77) além de ter sido considerada pelo Almanak do Povo (1868, p. 245) como a que “emprega[ra] o melhor e mais completo material, porque dispõe o seu proprietário de muito maior fundo de capital que os outros”. Tipografia que funcionou entre 1860 e 1882, ano da última edição localizada por nós, embora 19 tipografias tenham funcionado desde 1848 até esta data na província com divergentes regularidades (COSTA, 2013, p. 103). A escolha da tipografia com 22 anos de atuação, parece assegurar a acessibilidade do livro nas escolas primárias e sua aceitação entre as autoridades responsáveis pela instrução. O processo de revisão e aprovação documentado amplamente na imprensa da época, sublinha o controle exercido pelo governo e pela Igreja sobre os materiais didáticos, na garantia que estes estivessem em conformidade com os objetivos ideológicos e educacionais preestabelecidos, uma vez que o poder exercido pelo livro “é um poder, o poder sobre o livro é evidentemente um poder” e em consequência “o poder sobre o livro é o poder sobre o poder que o livro exerce” (BOURDIEU, 1996, p. 243). Nessa perspectiva, a obra não apenas servia como recurso didático, mas também como instrumento de controle social, ajudando a moldar percepções e comportamentos conforme os interesses do Estado e da Igreja (SANTOS, 2022). Portanto, a análise da história e trajetória deste dispositivo aponta para como o ensino religioso foi utilizado para reforçar a imposição cultural e ideológica via livro escolar.

## 2 A fórmula editorial do livro: entre a forma e a estrutura do conteúdo

Os livros são “objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis”. (CHARTIER, 1994, p. 8); textos que dependem de suas realidades físicas para a construção de sentidos e a forma do artefato também produz efeitos sobre a maneira como os conteúdos são apropriados pelo leitor. Mudança de dispositivo que produz profundas modificações na sua recepção; fórmula editorial<sup>5</sup> que traz marcas visíveis da materialidade. (CHARTIER, 1994). Portanto, se faz imprescindível questionarmos sobre a

<sup>5</sup> Conjunto de características que definem a produção e circulação dos livros, como o formato físico, seu material, a linguagem, o conteúdo e sua distribuição (Chartier, 1994).

forma do dispositivo, isto é: como o livro foi diagramado e editado? Qual a linguagem do texto? Como o texto está organizado nas páginas e como essas diferentes formas levaram a diferentes usos? Perguntamos ainda a respeito da estrutura de seu conteúdo, ou seja: qual é o conteúdo do livro? Como está organizado e qual a relação entre conteúdo e propósitos da matéria?

Neste livro escolar, os textos sagrados da Bíblia são adequados em seu conteúdo e forma para o ensino na escola, provocando modificações no modo de dividir o texto, na linguagem efetivada, na extensão das histórias, na disposição das páginas, na apresentação tipográfica que produzem novas práticas e novos usos. Nesse caso, a Bíblia Sagrada é estudada por meio do dispositivo Licções de História Santa, livro escolar que apresenta a história da humanidade conforme descrito pela Bíblia para o ensino das crianças na instrução primária. Com a transformação dessas histórias em livro escolar, os editores, por meio da própria estrutura do artefato, propõem um novo modo de leitura para uma nova clientela (CHARTIER, 1994). Trata-se agora de um livro escolar com histórias da Bíblia, em linguagem adaptada às crianças para o ensino de religião.

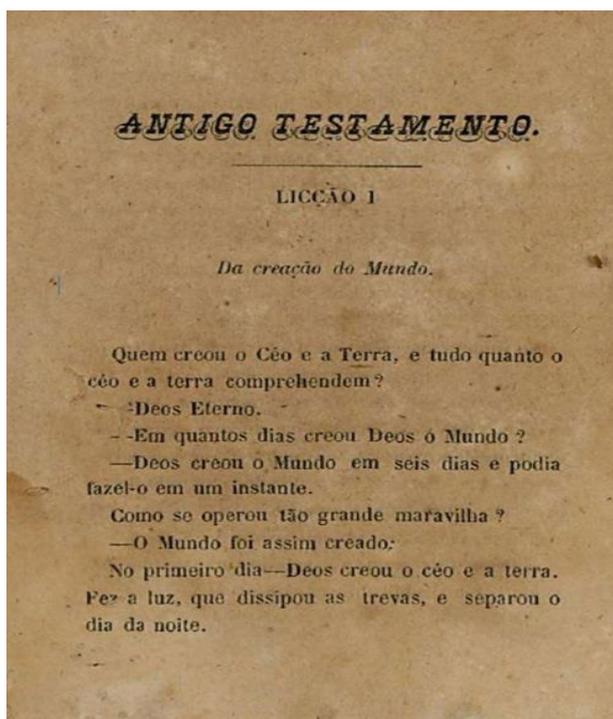
O título Licções de História Santa do Antigo e Novo Testamento Resumida e Adaptada à Compreensão das Crianças apresenta uma proposta de adaptação e simplificação da Bíblia, destinada à competência de uma nova comunidade leitora. Conforme Chartier (1994, p. 20), “as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser os da clientela almejada”. Esse livro escolar se propõe a apresentar a Bíblia de forma – “resumida e adaptada à compreensão das crianças” - indicando o estilo literário do texto, a concepção pedagógica do autor e o público-alvo.

A matéria “A leitura explicada dos evangelhos e notícias de história sagrada” para a qual o livro Licções de História Santa (2ª. ed./1882) foi adotado, vinculava o ensino religioso ao ensino de história na instrução brasileira e maranhense pelo próprio título; “[...] matéria ilustrativa da moral religiosa universal permanente” (BITTENCOURT, 1993, p. 199). Na reforma do ensino primário e secundário de Coutto Ferraz (BRASIL, Decreto n. 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854 do Ministério do Império), o ensino primário das escolas públicas se dividia em primeiro grau e segundo grau, nela, o primeiro grau continha a matéria “A instrução moral e religiosa” e o segundo grau, “A leitura explicada dos evangelhos e notícias de história sagrada”.

Livros para essa matéria eram abundantes no período e foram adotados na província do Maranhão os seguintes exemplares: Compêndio de história sagrada por perguntas e respostas, de Casemiro Jose de Moraes Sarmiento; o Catecismo Histórico (1860), de Claude Fleury (PUBLICADOR MARANHENSE, 1844, ed. 228, p. 1); Licções de História Santa (1ª. ed./1874, além dos textos do Resumo da Historia Sagrada, para uso dos meninos (3ª ed./1855), do presbítero J. I. Roquete que foram utilizados pelo Livro do Povo (1ª ed./1861) (COSTA, 2013). Além desses, os jornais anunciaram outros livros de História Sagrada, sem autorização formal para serem adotados nas escolas primárias, entre eles: Nova História Sagrada do Antigo e Novo Testamento (1866), traduzido da língua alemã pelo padre José Manoel da Conceição (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866c, ed. 196, p. 4); História Sagrada por Pinheiro (1 ed./1866), do cônego Dr. José C. Fernandes Pinheiro (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866a, ed. 39, p. 4); História Sagrada (3ª ed./1855) de J. I. Roquete e História Sagrada do Antigo e Novo Testamento (1868), de A. Estevam da Costa Cunha (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, ed. 292, p. 3).

A partir desses livros, podem ser levantados os conteúdos da matéria escolar História Sagrada, que não tinha programa definido na legislação; “[...] manuais escolares [que] são documentos que situam os conteúdos explícitos da matéria e o método de ensino utilizado nas salas de aula” (BITTENCOURT, 1993, p. 200). Assim, o conteúdo de História Sagrada estava presente também nos livros de ensino de leitura e nos compêndios de História Universal ou de História do Brasil do ensino secundário. No entanto a maneira de ensinar a história sagrada ganha uma nova forma e produz novos efeitos. Ao ser moldado o conteúdo para o livro escolar, alteram-se as finalidades, a escrita e seu estilo, esse caso, é um texto para ser lido na escola, não na Igreja. Livros de história sagrada, onde há características bem delineadas na organização das falas. Há um leitor real marcado no texto aos moldes de um discurso direto de perguntas e respostas, tal como se organizam as narrativas para crianças, as quais são simplificadas e direcionadas para serem prontamente entendidas e apropriadas com objetivos claros e organização cronológica, a partir de um conjunto de narrativas bíblicas do Antigo e do Novo Testamento organizadas de forma pedagógica “para fins de exortação moral”.

Figura 2 – Forma editorial



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite

A apresentação da Bíblia no gênero história sagrada servia de catequese; maneira mais “agradável para aprender a moral cristã” (BITTENCOURT, 1993, p. 200), que objetivava o aperfeiçoamento moral; histórias de acontecimentos políticos e militares nas escrituras que valorizavam atos heroicos e virtudes morais. A exemplo, na lição III de Licções de História Santa (2ª. ed./1882), no capítulo “Do pecado e queda do primeiro homem. Seu castigo”, se registra:



- Que castigo receberão elles por efeito de sua desobediência? (p. 7).
- Adão e Eva, por efeito de sua desobediência foram expulsos do paraíso e sobre eles [...] fez cair a seguinte sentença. (p. 8) [...] a mulher, condenou-a e ao homem, condenou-o (p. 8).
- Foram estes os unicos castigos que soffreram? (Rodrigues, 1882, p. 8)
- Não. (Rodrigues, 1882, p. 14)

Na lição IV - “Adão e Eva, depois do peccado. Seus filhos”, se aponta que:

- Os homens esquecerão-se do seu Creador e tornaram-se maus e perversos. - Como punio Deos tanta maldade?
- Deos castigou a perversão dos homens mandando o diluvio universal. (Rodrigues, 1882, p. 14)<sup>6</sup>

Em oposição, um homem é preservado: Noé, um herói. Em destaque no livro como homem justo e temente a Deus. Ainda na lição VI, os seres humanos são “amaldiçoados” (p. 17) por causa da embriaguez e da desunião. Por fim, além de outros exemplos, a lição VII inicia-se com a seguinte pergunta:

- Os homens conservarão por muito tempo o conhecimento de Deus?
- Infelizmente não. [...] os homens tornarão-se maus e perversos. Esquecerão-se de Deus.
- Que castigo soffrerão os homens por estes novos erros? (Rodrigues, 1882, p. 20).

Até aqui fica perceptível a organização das ideias em torno das questões morais e disciplinares, associando reiteradamente o erro ao castigo. Nesse sentido, quando os textos do Antigo e do Novo Testamento integram o novo dispositivo, muda-se a forma e, como consequência, um novo público e uma nova leitura são acionados, visto que “as formas se modelam graças às expectativas e competências atribuídas ao público por elas visado”. (CHARTIER, 1994, p. 21), produzindo-se um nicho social de recepção. “Todo esse trabalho de adaptação que diminui, simplifica recorta e ilustra os textos” (p. 20) é dirigido pelo novo modo de leitura proposto para o novo leitor. Como já ocorria na Europa, instaura-se uma nova fórmula editorial cujas marcas visíveis eram títulos antecipados ou resumos sintéticos ou recapitulativos que funcionavam como protocolos de leitura, em sequências breves e fechadas, separadas umas das outras pela recorrência de formas codificadas e a repetição de temas semelhantes, assim como pelo reemprego das mesmas imagens, pelas quais “o conhecimento do texto já visto é utilizado para compreensão de novas leituras” (p. 21).

Tal fórmula editorial se aplica ao livro, como vemos no excerto anterior retirado das lições de III a VI do livro escolar em pauta: um título antecipado (Do pecado e queda do primeiro homem. Seu castigo), conduzindo o modo de leitura do texto, cuja ideia de castigo é recorrente. Tal ênfase é facilmente percebida por uma criança, pois as histórias bíblicas foram encurtadas e simplificadas, em uma leitura agradável e facilitada por sequências breves em forma de diálogo, com enunciados separados por travessões, além de perguntas e respostas incisivas sobre o problema do pecado e do castigo, numa relação direta de causa e efeito estabelecida por Deus. Importante é perceber que esse discurso está em voga em um

<sup>6</sup> A grafia segue o padrão da época, conforme o original citado.



período em que a prática dos castigos estava presente nas escolas e “eram elementos centrais na ação pedagógica dos docentes, sejam eles físicos ou morais, como forma de inculcar valores e princípios nos alunos. (CASTANHA, 2009, p. 246). Nessa lógica, Licções de História Santa (2ª. ed./1882), endossa o princípio do castigo, servindo de instrumento para a transmissão das armaduras conceituais legitimadas. Chartier (1994) considera que, tanto os editores quanto as autoridades que prescrevem pensaram regular via livros as condutas e modelar os espíritos, levando os indivíduos a incorporarem regras de comportamento e decência cristã. Assim, o ensino religioso baseado em doutrinas morais e éticas justificava a necessidade de disciplinas rigorosas e muitas vezes castigos físicos como métodos de correção; sistema de valores e normas que legitimavam o controle e a correção por meio do castigo, produzindo estruturas psíquicas de pensamento que se manifestavam como culpa e medo, levando os alunos a aceitarem o castigo como método legítimo de correção que permitia a prática disciplinar e a submissão à autoridade.

A estrutura de Licções de História Santa (2ª. ed./1882), por outro lado, segue o tipo textual história sagrada; a maneira como suas partes estão organizadas (seções, capítulos, itens e subitens) que se dispõe em uma trilogia: a primeira, é ligada à criação, à queda do homem, e aos patriarcas, como também à formação do povo de Deus, à chegada e à conquista da Terra Santa, para além da monarquia de Israel, dos Reis Davi e Salomão, da queda de Israel e o Exílio e do anúncio do Messias pelos profetas; a segunda, trata de Jesus Cristo como o clímax de toda a história; e a terceira, refere-se à Igreja, desde os apóstolos até a modernidade.

O primeiro desses compêndios a circular no Brasil é de autoria e uso dos jesuítas, intitulado Epítome chronologico, genealogico e histórico (1ª ed./1706), do padre jesuíta Antonio Maria Bonucci, publicado para uso no Colégio Jesuítico da Bahia; manual que legitima a construção das nações a partir da história bíblica, das histórias de Jesus Cristo, da história da Igreja Católica e, em seguida, da história profana, da Antiguidade até a Modernidade. Tem forte perspectiva teológica “comprometida em demonstrar a emergência e a consolidação do cristianismo e seu papel na configuração política dos reinos da antiguidade até a modernidade.” O livro já seguia um padrão de narrativa “linear, causal e teológica”, tendo a história da salvação como eixo central da matéria, cumprindo um propósito de justificar a configuração política dos reinos antigos e modernos e as ideologias que defendiam (FARIAS JUNIOR, 2021, p. 153).

Por exemplo, Licções de História Santa (2ª ed./1882), justifica a escravidão da “raça negra” africana. Ao narrar a história de Noé, ocorre um fato em que ele se embriaga e Cham, seu filho, desrespeita-o. Sobre isso, o narrador pergunta:

O que resultou a Cham e a seus irmãos?

- Noé, recobrando os sentidos e sabendo do procedimento de Cham, amaldiçoou o filho deste, Chanan, dizendo que ele seria escravo dos escravos de seus irmãos. (Rodrigues, 1882, p. 18).

Em seguida, o autor descreve que dos três filhos de Noé “– Sem se estabelece na Ásia, servindo de tronco para a raça amarela; Japhet, na Europa, servindo de tronco para a raça branca e Chan vai para a África, servindo de tronco para a raça negra” (RODRIGUES, 1882, p. 18), organizando-se o texto de tal maneira a conectar a escravidão negra africana praticada no Brasil, à época, a uma maldição de Deus sobre os descendentes de Cham. Para Chartier (1994), se o livro tenta instaurar uma ordem, ele também expressa a cultura



recebida de uma comunidade e assim como acrescenta Certeau (2014), o livro não somente transforma, mas também conserva a cultura que recebe em um tempo, acumulando, conservando e expandindo os valores de uma época, de tal forma que o escrito passa a ser uma estratégia de imposição. Diante disso, deduz-se que o livro perpetua uma armadura conceitual e culturalmente presente; neste caso, o autor é tanto vítima quanto algoz de uma maneira de pensar. Ele expressa sua visão de mundo, os valores que recebeu como herança e os reproduz e promove, publica e dissemina, pois todo livro, suas formas e seus temas se inscrevem “na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício de poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade” (CHARTIER, 1994, p. 9).

O conteúdo do livro *Lições de Historia Santa* (2ª ed./1882) se organiza em Antigo Testamento, dos capítulos I a XV, que compreende as páginas 1 à 85 e, do Novo Testamento, atravessando os capítulos XVI a XVIII, das páginas 86 a 140.<sup>7</sup> Quanto à adaptação das histórias bíblicas, apresenta-as de maneira condensada e com uma linguagem especialmente moldada para o público infantil, com perguntas e respostas sob o termo lições, próprio do panorama escolar, escritas com fonte 14, aproximadamente, em títulos que facilitam a compreensão “dos meninos”. Essa escolha sugere uma abordagem pedagógica tradicional, com saberes simplificados, uma concepção em que o saber escolar é apenas uma vulgarização do conhecimento científico (CHERVEL, 1990). Um livro que resume em 140 páginas as narrativas contidas nos setenta e três livros do cânon bíblico católico.

Ao contextualizarmos essa formulação com o texto normativo de 1827, que preconiza “princípios de moral cristã e doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos” (CASTANHA, 2013, p. 69), surge a possibilidade de o livro ter sido concebido com inspiração, propósito e objetivo alinhados, dada a notável similaridade entre esses textos. Este paralelo sugere uma influência direta da legislação e metodologia educacional da época na configuração do conteúdo e da linguagem adotada, contribuindo para uma compreensão mais profunda das intenções de sua elaboração. O estilo de escrita dos capítulos do Antigo e do Novo Testamento, por outro lado, é marcado por três elementos principais: 1) como uma narrativa resumida e de linguagem simples e agradável; 2) as histórias são complementadas com explicações e comentários morais que permitem perceber a intenção do texto; 3) as histórias são contadas na forma de perguntas e respostas assim como ocorriam nos catecismos voltado à memorização. Nesses termos, o texto se desenvolve como uma conversa entre um adulto e uma criança, provavelmente para uma prática de leitura em voz alta. Para Certeau (2014, p. 241), uma leitura se difere

<sup>7</sup> A partir do Novo Testamento, há uma nova contagem de tópicos ao longo das lições que vão de I a XX, divido eles em Antigo e Novo. No antigo temos as lições: Da criação do mundo (Liç. I); Seu estado de inocência. Paraíso (Liç. II); Do pecado e queda do primeiro homem. Seu castigo (Liç. III); Adão e Eva depois do pecado. Seus filhos (Liç. IV); Perversão dos homens. Dilúvio universal. Noé e sua Família (Liç. V); Estado do Mundo. Torre de Babel. Dispersão dos Povos (Liç. VI); Vocação de Abraão. Seu sacrifício. Ismael e Isaque. Jacó e Esaú (Liç. VII); José vendido por seus irmãos. José no Egito. Explicação do sonho de Faraó. A fome. Escravidão dos israelitas (Liç. VIII); Moisés. Pragas. Liberdade dos Israelitas. Passagem do Mar Vermelho. Viagem dos Israelitas (Liç. IX); Lei de Moisés. Bezerro de Ouro. Castigo. O Tabernáculo e a Arca. Arão. Morte de Moisés (Liç. X); Entrada na terra da promessa. Sua divisão. Estado de Israel e juizes (Liç. XI); Governo dos Reis. O templo. Visita da Rainha de Sabá (Liç. XII); Divisão das tribos. Reino de Israel e de Judá (Liç. XIII); Dos profetas até a liberdade dos judeus (Liç. XIV); Governo dos judeus do cativo e Babilônia. Restabelecimento de sua realeza até a vinda do Messias (Liç. XV). Já, as lições do Novo Testamento são: Do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo (Liç. XVI); Do batismo de Jesus Cristo até sua entrada em Jerusalém (Liç. XVII); Da entrada de Jesus Cristo em Jerusalém até a sua morte (Liç. XVIII); Da Ressurreição de Jesus Christo até a descida do Espírito Santo (Liç. XIX); Da preparação do Evangelho até a destruição do Templo (Liç. XX).



da outra pela maneira como é lida, ou seja, uma leitura em voz alta e uma leitura silenciosa do mesmo texto são duas leituras diferenciadas. Em voz alta, o leitor empresta seu corpo e a apropriação acontece. A leitura como articulação vocal levava o leitor a interiorizar o texto, “fazia da própria voz o corpo do outro, era o seu ator”. (CERTEAU, 2014, p. 247). Veja: na Lição XVII, o autor pergunta:

Que actos praticou São João Baptista depois do Baptismo de Jesus Christo?

- São João Baptista continuou a pregar e annunciar que Jesus Christo tinha vindo remir o gênero humano; que Moysés havia dado a lei, mas que Jesus Christo tinha trazido a graça e a verdade. (Rodrigues, 1882, p. 103).

Em seguida, o autor continua em um tom de contação de história, iniciando o enunciado com expressões como, por exemplo, um dia (era uma vez): “Um dia em que São João conversava com dois discípulos, nas margens do Jordão, passou Jesus e o santo percursor dissera-lhe: Eis aqui o Cordeiro de Deus”. (RODRIGUES, 1882, p. 104). Em seguida, mais perguntas:

Quem erão esses discípulos e o que praticaram eles? [...] O que lhes disse o Salvador? [...] A estes discípulos não se reunirão alguns mais? [...] Qual foi o primeiro milagre de Jesus Christo, onde elle se deu? [...] Depois desse primeiro milagre de Jesus Christo pra onde elle seguiu? [...] (Rodrigues, 1882, p. 104).

Pela lei de outubro de 1827, as matérias deveriam ser proporcionadas à compreensão dos meninos. Como visto, as histórias bíblicas são recontadas de maneira suscinta, com linguagem simples, em forma de diálogo. A estratégia de resposta usa linguagem própria dos contos infantis, ou seja, com fortes marcas de oralidade. Por exemplo, para a pergunta sobre quem eram os discípulos, a resposta: “Eram André e João; este mais tarde conhecido por evangelista, os quaes pedirão e obtiverão licença de seu mestre para acompanharem a Jesus” (RODRIGUES, 1882, p. 104).

Uma resposta breve e memorável, conforme a metodologia já utilizada nos catecismos. A escrita segue o estilo de narrativa de história santa, típico do gênero, como por exemplo, o estilo do Catecismo Histórico de Fleury (1860), marcado pela

[...] modalidade de textos curtos e adoção por alguns autores de ensino catequético [...] de uma história cuja narração interessaria e cativaria a imaginação aparecendo perguntas e respostas no final de cada uma para serem aprendidas e introjetadas por meio de repetição constante e memorização tendo em conta a concentração frágil das crianças”. (CASTELLANOS, 2018).

O próprio Fleury (1860, p. XVIII *apud* CASTELLANOS, 2018) diz, que “seu Catecismo Histórico é escrito de maneira mais apropriada a todas as inteligências e também mais fácil e mais agradável”. Por outro lado, em contraposição, outros livros relacionados a ensino religioso aprovados pela província do Maranhão como a Religião aplicada aos meninos (1876) de J. Balme, trabalhava conceitos doutrinários e abstratos em linguagem densa e parágrafos longos”. Ainda o Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus

Christo (1ª ed./1846) um compêndio em estilo comentário bíblico, contendo todo o texto da Bíblia em Português e em Latim, trazia notas de rodapé explicativas do texto. Era escrito em linguagem erudita, em três tomos. Somente o tomo III, ao qual tivemos acesso, possui extensas 279 páginas. No entanto, *Licções de Historia Santa* (2ª. ed./1882), apresenta apenas a narrativa bíblica, sem se referir à história universal profana ou à história do Brasil. Ou seja, intervalo referente a apenas o primeiro livro do compêndio de Epitono Cronológico, Genealógico e Histórico de Bonucci (1ª ed./ 1706), o que nos leva a entender que *Licções de Historia Santa* (2ª. ed./1882), correspondia a um momento histórico quando a história santa e a história profana são separadas em matérias distintas. Na reforma de Couto Ferraz de 1854, aparecem, de forma independente, “A leitura explicada dos evangelhos e notícias da história sagrada” e “Os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil” (CASTANHA, 2013, p. 131). A mesma informação segue no “Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1854” (CASTRO, 2009, p. 389). No Regulamento da Instrução Pública do Maranhão de 1874, ainda uma nova organização separava das escolas primárias do primeiro grau, “catecismo e noções da história sagrada” e, para o ensino primário no segundo grau, duas matérias, quais sejam, “geografia e história do Brasil” e “história sagrada mais desenvolvida”. (CASTRO, 2009, p. 400). Sendo assim, *Licções de Historia Santa* (2ª. ed./1882), publicado no mesmo ano do Regulamento da Instrução Pública de 1874, em forma de catecismo e em linguagem simples, correspondendo apenas ao primeiro livro de Bonucci (1ª ed./1706), caracteriza-se como um livro cujo conteúdo foi escrito para “catecismo e noções de história sagrada”, matéria da escola de primeiro grau.

O conteúdo tem o objetivo de catequização e moralização dos meninos. Catequização quando ensina às crianças os valores de fé e obediência a Deus, apresentado como “O Deus eterno”, “quem criou o céu e a terra” (RODRIGUES, 1882, p.1), que deve ser adorado “com fé e inocência” (p. 10) e “se conservando fiéis às determinações de Deus”, obedientes a sua palavra. O livro apresenta Jesus Cristo “como Salvador do Mundo” (p. 92), “o Messias prometido” (p. 93), “o Redentor do mundo” (p. 94), “o Rei dos Reis” (p. 95), “o Cordeiro de Deus” (p. 105), “filho de Deus (p. 108), “um exemplo a ser imitado” (p. 126), “que morreu em uma cruz” (p. 131) e “ressuscitou ao terceiro dia” (p. 135). Todavia, se por um lado seu ensino de doutrina católica por meio do uso de catecismo e compêndio de história santa incorporaram na escola práticas religiosas, transformando-a em um espaço de devoção; por outro, a transmissão da doutrina católica estava associada à inculcação de valores morais. Essa ênfase nos deveres morais “a serem aplicadas na vida cotidiana é típica do Iluminismo que é marcado pelo moralismo e objetiva que os catecismos operem nas crianças o virtuosismo, a temeridade em Deus e lhes inspirem a piedade” (CASTELLANOS, 2018, p. 136).

## Considerações finais

A pesquisa sobre o livro escolar *Licções de História Santa* (2ª. ed./1882), como objeto da cultura material escolar, nos permite compreender os interesses em disputa na escola por meio da prática do ensino religioso. Por um lado, o Estado estabelece os livros de ensino religioso como uma estratégia de imposição em prol de seu projeto civilizatório; no entanto, nessa rede de interdependência, foram produzidos novos usos para o ensino religioso via pedagogia da moralidade, enfatizando-se questões referentes à economia moral da criança e de urbanização sem descartar a doutrina e a catequização como interesse da Igreja.



Nesse sentido, a materialidade do livro manifesta as relações de força entre o espaço escolar/autores de livros escolares e as exigências do Estado/Igreja para a aprovação, indicação e uso desses artefatos uma vez que no Maranhão do século XIX, a legislação educacional previam que o Estado regulamentasse os livros escolares por meio da Inspeção Geral da Instrução Pública, cabendo ao Conselho Diretor e ao Ministério do Império aprovar materiais didáticos, enquanto a Igreja mantinha autoridade sobre conteúdos religiosos, exigindo pareceres do Bispo Diocesano para obras de ensino religioso ; estado de coisas que revela como a cultura material escolar não é apenas um reflexo passivo das políticas educacionais, mas sim um campo onde diferentes agentes e instituições disputam controle e influência sobre o processo educacional e produzem diversos sentidos. Análise que nos ajuda a entender as dinâmicas estabelecidas nas relações de poder e nas negociações que moldam a instrução pública em determinados contextos históricos.

Assim, o livro escolar de Ensino Religioso foi fundamental para a construção e perpetuação da escola produzida no processo de escolarização do Maranhão no período em tela. Tal processo, influenciado pela transmissão de saberes, por meio da cultura escrita, vai construindo uma nova relação social segundo a forma escolar de socialização (VICENT; LAHIRE; THIN, 2021). Escola regida por normas impessoais entre alunos e professor que precisa gerar matérias que promovam a moralização das crianças e a capacidade de obediência. Ensino Religioso que assume papel fundamental especificamente em Licções de História Santa (2ª. ed./1882), que escrito por um professor da escola primária e não especificamente por um padre, torna-se peça fundamental na história da escola primária na instrução pública no Oitocentos e nos processos de escolarização.



## REFERÊNCIAS

- ALMANAK DO POVO, 1868, ano 2, São Luís: J.M.C Frias, p. 245.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, set 92/ago 93.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia Lisboa: Fim do Século*, 2003.
- BOURDIER, Pierre; CHARTIER, Roger. A Leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Prática da Leitura*. Estação Liberdade, 1996.
- BOURDIER, P. O Campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIER, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CASTANHA, André Paulo. A prática dos castigos e prêmios na escola primária do século XIX: do legal ao real. *Educere et Educar*, v. 4, n. 8, jul/dez p. 245-259, 2009.
- CASTANHA, André Paulo. *Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil Imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889*. Campinas: Navegando Publicações, 2013.
- CASTELLANOS, S. L. V. *O livro escolar no Maranhão Império 1822-1889*. São Luís: EDUFMA/Café & Lápis, 2017.
- CASTELLANOS, S. L. V. O Catecismo de Fleury na instrução maranhense oitocentista: método catequético ou método histórico. *História da Educação: Métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura*. São Luís: EDUFMA/Café & Lápis, 2018.
- CASTELLANOS, SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ; SANTOS, JARINA. Livros escolares de autores maranhenses no Pacotilha (1880-1939). *Revista Antíteses*, v. 16, p. 422-444, 2023
- CASTELLANOS, SAMUEL. Livros de leituras nos manuais de civildade como cultura material da escola maranhense para o ensino do ler e do vir-a-ser. *Cadernos De História Da Educação (ONLINE)*, v. 21, p. 1-21, 2022.
- CASTRO, C. A. *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império 1835-1889*. São Luís: Edufma, 2009.
- CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *A Escola e seus Artefatos Culturais*. São Luís: EDUFMA. 2013, 224 p.
- CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; SOUZA, Mateus De Araújo. O Lyceu Maranhense e a Construção de uma Cultura Material Escolar embasada por Discursos Modernizadores. *Educação e Realidade Edição eletrônica*, v. 48, p. 1-21, 2023
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Arte de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel., 1990.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, 01 de abril de 1991.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Florianópolis, v. 2, p. 177-229, 1990.



- COSTA, Alves da Costa. *O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*. Tese de doutorado. FE-USP, São Paulo, 2013.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade da Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G., *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Auntêmica, 2007.
- FARIAS JUNIOR, José Petrúcio de. *História do cristianismo nos manuais de ensino de história: entre continuidades e descontinuidade textuais e ideológicas*. Heródoto. Guarulhos: Unifesp, v.6, n.1, p. 151-176, 2021.1.
- MESGRAVIS, L. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2022.
- RODRIGUES, Antônio Augusto. *Licções de História Santa do Antigo e Novo Testamento*. São Luís: A. R, Ramos de'Alemda, 1882.
- SANTOS, J. S. *Os livros escolares maranhenses na imprensa local 1860-1920*. 2022. 181 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.
- SOUZA, R. F. de. A escola da república e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, R. F. de; SILVA, V. L. G. da; SÁ, E. F. *Por uma teoria e uma história primária no Brasil: investigação comparadas sobre a escola graduada (1970-1930)*. Cuiabá: EDU-FMT, 2013.
- UM BOM livro. *Diário do Maranhão: Jornal do Commercio, Lavoura e Industria, Maranhão*, anno 5, n. 221, p. 1-2, 28 abr. 1874.
- VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-45, jun. 2001.
- VINÃO FRAGO, Antonio. História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, ANPEd, n.0, set/dez. 1995, p.63-79.
- VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. São Luís: *O Combate*, 1937. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/pdf.php?Mag-No=589>>. Acesso em: 23 mar. 2017 – São Luís: Revista de Geografia e História, 1953.

## Jornais

- DIÁRIO DO MARANHÃO: *Jornal do Commercio, Lavoura e Industria, Maranhão: Typ. do Frias*, anno 5, n. 218, p. 3, 24 abr. 1874.
- DIÁRIO DO MARANHÃO: *Jornal do Commercio, Lavoura e Industria, Maranhão: Typ. do Frias*, anno 5, n. 221, p. 1, 28 abr. 1874.
- DIÁRIO DO MARANHÃO: *Jornal do Commercio, Lavoura e Industria, Maranhão: Typ. do Frias*, anno 7, n. 820, p. 3, 29 abr. 1876.
- DIÁRIO DO MARANHÃO: *Jornal do Commercio, Lavoura e Industria, Maranhão: Typ. do Frias*, anno 14, n. 3091, p. 2, 13 dez. 1883.
- PACOTILHA: *Jornal da Tarde, Maranhão: Typ. d'a Pacotilha*, anno 1, n. 111, p. 3, 24 ago. 1881.
- PACOTILHA: *Jornal da Tarde, Maranhão: Typ. d'a Pacotilha*, anno 4, n. 115, p. 2, 10 maio. 1884.



- 
- PACOTILHA: Jornal da Tarde. Maranhão: Typ. d'a Pacotilha, anno 7, n. 182, p. 3, 3 ago. 1892.
- PACOTILHA: Jornal da Tarde. Maranhão: Typ. d'a Pacotilha, anno 8, n. 23, p. 3, 24 jan. 1888
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 03, n. 228, p. 1, 26 out. 1844.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 15, n. 69, p. 1, 26 mar. 1857.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 18, n. 288, p. 4, 22 dez. 1859a.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 18, n. 280, p. 2, 13 dez. 1859b.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 19, n. 288, p. 4, 19 dez. 1860b.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 24, n. 70, p. 4, 27 março. 1865.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 25, n. 39, p. 4, 17 fev. 1866a.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 25, n. 172, p. 2, 30 jul. 1866b.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 25, n. 196, p. 4, 128 ago. 1866c.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 26, n. 68, p. 3, 22 mar 1867b.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 27, n. 292, p. 3, 23 dez 1868.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 33, n. 53, p. 1, 06 mar. 1874.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 33, n. 97, p. 1, 30 abri. 1874.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 33, n. 122, p. 1, 30 mai. 1874.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 33, n. 243, p. 3, 27 out. 1874.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Maranhão: Typ. de I. J. Ferreira, anno 37, n. 18, p. 1, 22 jan. 1878.